

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Cidade de Santos

Class.: OGERO 223

Data: 7 de Outubro de 1980

Pg.: _____

CDA na luta pelo índio, no Congresso, em Brasília

Preservar as sociedades indígenas em territórios, de modo a permitir que se desenvolvam de forma decente, sem que seja imprimido o sentido imediatista do "progresso civilizado e lutar para que sejam determinadas e garantidas por intermédio de demarcações bem definidas, os territórios independentes, para que as nações indígenas possam desenvolver-se de forma decente e humana, são algumas das propostas que o Comitê de Defesa da Amazônia — núcleo de Santos levará para o I Congresso Nacional de Defesa da Amazônia, com início previsto para o dia 9, em Brasília.

Sobre o problema do índio, o CDA de Santos propõe durante o Congresso o fortalecimento da autoridade dos chefes índios eleitos em seus territórios pela própria tribo, e que deverá contar com o apoio da Funai, a exemplo da orientação seguida pelo Parque Nacional do Xingú, na época dos irmãos Villas Boas.

O núcleo entende que deve ser permitida ao nosso índio a transformação de sua sociedade primitiva, segundo suas condições e necessidades, sem interferência de áreas civilizadas. "Na região Amazônica, ele deve ser o guardião das florestas até que a comunidade científica brasileira apresente alternativas racionais para o desenvolvimento da região".

A entidade quer ainda que se devolvam as terras griladas por grandes fazendeiros aos índios e que se divulguem trabalhos para esclarecer a opinião pública sobre seus problemas.

INTERNACIONALIZAÇÃO

Quanto ao problema da internacionalização da Amazônia, o CDA propõe no Congresso a intensificação de campanha, visando esclarecer a população sobre o perigo da medida, uma vez que atualmente a região conta com, aproximadamente, 300 empresas multinacionais. Outra medida será a sugestão no sentido de que sejam

elaborados vários projetos de lei, com objetivo de resguardar a área.

O primeiro deles refere-se à desapropriação de áreas de interesse do povo brasileiro, como por exemplo o Projeto Jari, em cujas terras se encontra maior velo petrolífero do mundo; projeto de lei proibindo todo e qualquer incentivo fiscal às empresas da região e a revisão da lei de venda de terras a estrangeiros, que proporciona saídas para que se formalizem "Estados", como por exemplo, o Jari.

No que se refere ao "Pacote Florestal", o CDA de Santos o repudia, por entender que o anteprojeto nada mais é do que a legalização de uma política voltada aos interesses dos grandes grupos econômicos, principalmente estrangeiros. E, em seu lugar, propõe que entidades científicas e idôneas, que não sejam "atreladas a interesses espúrios das multinacionais, contrários ao da nação, promovam estudos da região, juntamente com seus moradores, compondo subsídios para um verdadeiro projeto de lei que atenda aos interesses do povo brasileiro, sem quebrar o equilíbrio ecológico da Região Amazônica".

A comissão que representará o município no Congresso, a partir de quinta-feira até sábado está assim constituída: José Pinto de Souza Filho — Unidade Sindical; Lourdes Maria Mascigrande — assistente social; e em nome do CDA — deputado Antonio Rubens Costa Lara; Armando Luiz da Silva, Marcelo Neves Morales, Jair Marcate Júnior e Asarias Ezaú dos Santos, este último irá direto de Conceição do Araguaia, juntamente com um posseiro e a viúva do gringo Raimundo Ferreira, recentemente assassinado.

Representando o Movimento de Cultura Popular: Josefa e Luiz Alberto Goulart Oliveira. A saída está prevista para amanhã à noite.